

mentar, de análise técnica de Projetos de Investimento na componente Agrícola e Agroindustrial, Análise de Pedidos de Pagamento, processamento das ajudas e validação física dos investimentos cofinanciados no quadro europeu (PO AGRO e ProDer).

Assumi competências pontuais de substituição do Diretor de Serviços de Investimento em casos de impedimento e ausência funcional.

Procedeu em circunstâncias diversas à promoção e divulgação dos mecanismos de candidatura e esclarecimentos técnicos devidos. Contribuiu com outras instituições e com grupos de trabalho diversos, disponibilizando experiência adquirida e visão estratégica.

Na Direção Regional do Ribatejo e Oeste (DRRO) do Instituto de Financiamento e de Desenvolvimento da Agricultura e Pescas (IFA-DAP):

De maio de 1983 a março de 1988 e de novembro de 1989 a dezembro de 2006, exerceu as mesmas competências expressas no âmbito das funções exercidas na DRAPLVT, assumindo a coordenação técnica regional para as matérias do setor Agrícola e Agroindustrial, entre 2005 e 2007.

Foi promotor ativo de propostas de melhoria e eficácia para a aplicação dos programas, no cumprimento da missão pública afeta à respetiva instituição.

No Banco Pinto e Sotto Mayor:

De abril de 1988 a outubro de 1989, foi Coordenador do Ribatejo e Oeste na Divisão de Projetos Agrícolas, assumindo também a função de analista técnico e analista de pedidos de financiamento no quadro desta atividade.

Outras atividades

Foi membro efetivo da Comissão Regional de Crédito (IFADAP) durante o período de descentralização de Decisão do II Quadro Comunitário de Apoio e possuiu Perfil Decisor no processamento das ajudas.

De 1980 a 1981 exerceu as funções de Coordenador Fabril, como Técnico Superior no Complexo Agroindustrial do Cachão (C.A.I.C.A.) em Mirandela/Bragança.

Vogal para o Distrito de Santarém, da Região Sul da Ordem dos Engenheiros, para o período 2013-2016, tendo assumido as mesmas funções no período 2010-2013.

21 de novembro de 2013. — A Diretora Regional, *Elizete Jardim*.
207429745

Despacho n.º 15825/2013

Considerando que os cargos de direção intermédia de 1.º grau são recrutados por procedimento concursal, nos termos dos artigos 20.º e 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, de entre trabalhadores em funções públicas contratados ou designados por tempo indeterminado, licenciados, dotados de competência técnica e aptidão para o exercício de funções de direção, coordenação e controlo que reúnam seis anos de experiência profissional em funções, cargos, carreiras ou categorias para cujo exercício ou provimento seja exigível uma licenciatura;

Considerando que o licenciado Marcos Manuel Caldeira Barata reúne todos os requisitos legais de provimento no cargo;

Considerando que foram cumpridas todas as formalidades legais inerentes ao procedimento concursal tendente ao provimento do cargo de Diretor de Serviços de Desenvolvimento Agroalimentar e Rural (DSDAR) da Direção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo;

Considerando que, ponderados os resultados do procedimento concursal, face ao perfil revelado pelo candidato confrontado com o exigido para o exercício do cargo a prover, o júri considerou que o candidato, licenciado Marcos Manuel Caldeira Barata, reúne as melhores condições para o exercício do cargo;

Nos termos do disposto no n.º 9 do artigo 21.º da lei acima citada, designo, em comissão de serviço, pelo período de três anos, renovável por iguais períodos de tempo, no cargo de Diretor de Serviços de Desenvolvimento Agroalimentar e Rural (DSDAR), o licenciado Marcos Manuel Caldeira Barata, pertencente à carreira técnica superior do mapa de pessoal do Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, IP.

A presente designação produz efeitos a 1 de dezembro de 2013.

Nota curricular

Marcos Manuel Caldeira Barata
Data de Nascimento: 28 de fevereiro de 1965

Formação Académica

Frequência do Curso de Licenciatura em Contabilidade e Administração, no Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa (2012);

Bacharelato em Gestão Bancária pelo Instituto Superior de Gestão Bancária (1997);

Licenciatura em Engenharia Agronómica — ramo de Hortifruticultura pela Universidade do Algarve, (1993).

Experiência Profissional

Desde outubro 2012 — Diretor de Serviços de Desenvolvimento Agroalimentar e Rural da Direção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo (DRAPLVT), em regime de substituição;

Desde fevereiro 2011 a outubro 2012 — Diretor de Serviços de Agricultura e Pescas da DRAPLVT, em regime de substituição;

Desde julho 2010 a janeiro 2011 — Chefe de Divisão da Delegação Regional da Península de Setúbal da DRAPLVT, em regime de substituição;

Desde janeiro 2010 a julho 2010 — Técnico Superior da Unidade de Pagamentos Diretos, Departamento de Ajudas Diretas, do Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas (IFAP);

2007-2010 — Técnico Superior da Unidade de Ajudas Diretas Animais, Departamento de Ajudas Diretas, do IFAP;

2003-2007 — Técnico Superior do Serviço de Medidas Veterinárias, Direção de Produtos Animais, do IFADAP/INGA;

1998-2003 — Técnico Superior do Serviço de Controlo Prévio, Direção de Controlo, do Instituto Nacional de Intervenção e Garantia Agrícola (INGA);

1997-1998 — Técnico da Direção de Gestão de Ativos Financeiros de Instituição Bancária;

1991-1997 — Técnico de empresa de consultoria de engenharia e gestão. Elaboração de estudos e projetos de investimento, no âmbito da aplicação em Portugal, da Política Agrícola Comum, e no âmbito do Planeamento e Ordenamento do Território;

1989-1990 — Estágio de 8 meses no Instituto Financeiro de Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura e Pescas (IFADAP), Divisão Regional de Caldas da Rainha, conducente à elaboração do relatório final de curso de Licenciatura “Balanço da Aplicação do Regulamento (CEE) 797/85 na Zona Agrária de Torres Vedras no Período 1987-1989”;

1989 — Estágio de 5 meses em central hortofrutícola no Algarve, em controlo de qualidade, na seleção e embalagem de produtos hortícolas para exportação.

Formação Profissional

Ao longo da carreira profissional, participação em diversas ações de formação complementar e de aperfeiçoamento profissional, relacionadas com as atividades exercidas e desenvolvidas, nomeadamente formação no âmbito da administração pública, contabilidade e fiscalidade, políticas e tecnologias agrárias, e sistemas e tecnologias de informação. Destaca-se:

FORGEP — Programa de Formação em Gestão Pública (INA, 2011-2012).

21 de novembro de 2013. — A Diretora Regional, *Elizete Jardim*.
207429729

MINISTÉRIO DA SAÚDE

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 15826/2013

Nos termos da alínea e) do n.º 1 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, e do artigo 109.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na redação dada pelos Decretos-Leis n.ºs 278/2009, de 2 de outubro, 131/2010, de 14 de dezembro, Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro e Decreto-Lei n.º 149/2012, de 12 de julho, e no uso dos poderes que me foram delegados, com faculdade de subdelegação, através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 73-B/2013, aprovada em 21 de novembro, publicada no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 227, de 22 de novembro de 2013, subdelego no Secretário de Estado da Saúde, licenciado Manuel Ferreira Teixeira, com a faculdade de subdelegação, a competência para a prática de todos os atos a realizar decorrentes da

autorização referida no n.º 1 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 73-B/2013.

O presente despacho produz efeitos desde a data da aprovação da Resolução do Conselho de Ministros n.º 73-B/2013, aprovada em 21 de novembro e publicada no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 227, de 22 de novembro de 2013.

26 de novembro de 2013. — O Ministro da Saúde, *Paulo José de Ribeiro Moita de Macedo*.

207428279

Despacho n.º 15827/2013

Nos termos do n.º 1 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 138/2013 de 9 de outubro, delego no Secretário de Estado da Saúde, licenciado Manuel Ferreira Teixeira, a competência para a homologação do Acordo de Gestão do Centro de Reabilitação do Norte, celebrado, por três anos, entre a Administração Regional de Saúde do Norte, I. P. e a Santa Casa de Misericórdia do Porto.

O presente despacho produz efeitos desde a data da aprovação da Resolução do Conselho de Ministros n.º 73-B/2013, aprovada em 21 de novembro e publicada no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 227, de 22 de novembro de 2013.

26 de novembro de 2013. — O Ministro da Saúde, *Paulo José de Ribeiro Moita de Macedo*.

207428165

Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I. P.

Aviso (extrato) n.º 14875/2013

Por despacho do Vice-Presidente do Conselho Diretivo de 29/08/2013 e nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, aplicável por remissão do n.º 2 do artigo 73.º da Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, torna-se público que Maria da Conceição dos Santos Marques Guerreiro, concluiu com sucesso o período experimental, na sequência da celebração do contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado com a Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I. P., para desempenho de funções na categoria/carreira de assistente técnico, no ACES Sintra, sendo que o tempo de duração do período experimental é contado para efeitos da atual carreira e categoria.

19 de novembro de 2013. — O Vogal do Conselho Diretivo da ARSLVT, I. P., *Dr. Pedro Emanuel Ventura Alexandre*.

207428084

Aviso (extrato) n.º 14876/2013

Por despacho do Vogal do Conselho Diretivo de 07/10/2013 e nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, aplicável por remissão do n.º 2 do artigo 73.º da Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, torna-se público que Cidália Maria Caraça Félix Ferro, concluiu com sucesso o período experimental, na sequência da celebração do contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado com a Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I. P., para desempenho de funções na categoria/carreira de assistente técnico, no ACES Estuário do Tejo, sendo que o tempo de duração do período experimental é contado para efeitos da atual carreira e categoria.

19 de novembro de 2013. — O Vogal do Conselho Diretivo da ARSLVT, I. P., *Dr. Pedro Emanuel Ventura Alexandre*.

207428149

Aviso (extrato) n.º 14877/2013

Por despacho do Vice-Presidente do Conselho Diretivo de 29/08/2013 e nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, aplicável por remissão do n.º 2 do artigo 73.º da Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, torna-se público que Elisabeth Teles Ossman Monteiro de Lima, concluiu com sucesso o período experimental, na sequência da celebração do contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado com a Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I. P., para desempenho de funções na categoria/carreira de assistente técnico, no ACES Sintra, sendo que o

tempo de duração do período experimental é contado para efeitos da atual carreira e categoria.

19 de novembro de 2013. — O Vogal do Conselho Diretivo da ARSLVT, I. P., *Dr. Pedro Emanuel Ventura Alexandre*.

207427825

Aviso (extrato) n.º 14878/2013

Por despacho do Vogal do Conselho Diretivo de 07/10/2013 e nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, aplicável por remissão do n.º 2 do artigo 73.º da Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, torna-se público que Arlete Branco Vieira da Costa Ferreira, concluiu com sucesso o período experimental, na sequência da celebração do contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado com a Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I. P., para desempenho de funções na categoria/carreira de assistente técnico, no ACES Estuário do Tejo, sendo que o tempo de duração do período experimental é contado para efeitos da atual carreira e categoria.

19 de novembro de 2013. — O Vogal do Conselho Diretivo da ARSLVT, I. P., *Dr. Pedro Emanuel Ventura Alexandre*.

207428116

Aviso n.º 14879/2013

Em cumprimento do disposto na alínea b) do n.º 1, do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, torna-se público que, na sequência de procedimento concursal aberto por aviso n.º 8219/2011, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 66, de 4 de abril de 2011, foi celebrado contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com efeitos a partir de 5 de novembro de 2013, com o trabalhador Marlene Costa Paulo Cardoso, para o preenchimento de um posto de trabalho da carreira/categoria de Assistente Técnico, do mapa de pessoal da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I.P./ACES Médio Tejo, posicionada na 1.ª posição remuneratória, e no 5.º nível da tabela única remuneratória da carreira de Assistente Técnico, ficando a auferir a remuneração correspondente no valor de 683,13 €.

Para efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 12.º da LVCR ex-vi n.º 2 e 3 do artigo 73.º do RCTFP, o júri para o período experimental terá a seguinte composição:

Presidente: Angelina Maria Lourenço Reis Horta Ferreira, Técnica Superior

Vogais efetivos: Maria Madalena Valério Monteiro Barreto, Técnica Superior, que substituirá o presidente nas suas faltas ou impedimentos, e Célia Maria Martins Almeida Gaspar, Técnica Superior.

Vogais suplentes: Dulce Maria Conceição Morgado, Assistente Técnica e Teresa Cristina Henriques Inácio, Assistente Técnica.

O período experimental inicia-se com a celebração do referido contrato e tem a duração de 120 dias, correspondente à duração determinada pelo disposto na alínea b) do n.º 1, do artigo 76.º da Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, conjugado com o n.º 1, da cláusula 6.ª do Acordo Coletivo de trabalho n.º 1/2009, de 28 de setembro e Regulamento de Extensão n.º 1-A/2010 de 2 de março.

21 de novembro de 2013. — O Vogal do Conselho Diretivo, da ARSLVT, I. P., *Dr. Pedro Emanuel Ventura Alexandre*.

207428213

Aviso (extrato) n.º 14880/2013

Por despacho do Vogal do Conselho Diretivo de 09/08/2013 e nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, aplicável por remissão do n.º 2 do artigo 73.º da Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, torna-se público que Rosa Maria Mendes Justo Lourenço, concluiu com sucesso o período experimental, na sequência da celebração do contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado com a Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I. P., para desempenho de funções na categoria/carreira de assistente técnico, no ACES Estuário do Tejo, sendo que o tempo de duração do período experimental é contado para efeitos da atual carreira e categoria.

25 de novembro de 2013. — O Vogal do Conselho Diretivo da ARSLVT, I. P., *Dr. Pedro Emanuel Ventura Alexandre*.

207428173